



DO ACESSO E PERMANÊNCIA À RESISTÊNCIA: IMPACTOS DA POLÍTICA AFIRMATIVA PARA NEGROS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFRJ

Maisa Rocha de Carvalho¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo: A política de cotas raciais produziu o aumento do ingresso de estudantes negros (pretos e pardos) nas universidades públicas. Essa transformação no cenário universitário reflete nos processos de formação acadêmica, evidenciando a urgência da reformulação de práticas e saberes cristalizados. O presente estudo se propõe a analisar os efeitos das políticas afirmativas para negros na graduação em psicologia da UFRJ e sua importância para a construção de uma formação ética e plural. Para isso, a centralidade do trabalho consistiu em ouvir os próprios estudantes negros cotistas da instituição, suas percepções e proposições acerca do tema. Os resultados evidenciam a importância da descolonização das práticas e currículos de formação em psicologia.

Palavras-chave: política de cotas; racismo estrutural; formação em psicologia

FROM ACCESS AND PERMANENCE TO RESISTANCE: IMPACTS POLICY FOR BLACKS IN PSYCHOLOGY TRAINING AT UFRJ

Abstract: The racial quota policy produced an increase in the number of black students (black and brown) in public universities. This transformation in the university scenario reflects on the academic formation processes, evidencing the urgency of reformulating crystallized practices and knowledge. The present study proposes to analyze the effects of affirmative policies for blacks in undergraduate psychology at UFRJ and their importance for the construction of an ethical and plural formation. The centrality of the work consisted in listening to the black quota students of the institution, their perceptions and propositions on the subject. The results show the importance of the decolonization of the practices of formation in psychology.

Keywords: quota policy; structural racism; psychology training

¹ Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Intervenção Trabalho Vivo, que desenvolve pesquisas sobre Arte, Trabalho e Ações Coletivas, localizado no Instituto de Psicologia da UFRJ. E-mail: maisa.rocha2@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4480-672X>

DEL ACCESO Y LA PERMANENCIA A LA RESISTENCIA: IMPACTOS DE LA POLÍTICA AFIRMATIVA PARA NEGROS EN LA FORMACIÓN EN PSICOLOGÍA DE LA UFRJ

Resumen: La política de cuotas raciales produjo un aumento en el número de estudiantes negros (negros y morenos) en las universidades públicas. Esta transformación en el escenario universitario se refleja en los procesos de formación académica, destacando la urgencia de reformular prácticas y saberes cristalizados. El presente estudio se propone analizar los efectos de las políticas afirmativas para negros en la carrera de psicología de la UFRJ y su importancia para la construcción de una formación ética y plural. Para ello, la centralidad del trabajo consistió en escuchar a los propios estudiantes de cuota negra de la institución, sus percepciones y proposiciones sobre el tema. Los resultados muestran la importancia de descolonizar las prácticas formativas y los currículos en psicología.

Palabras-clave: política de cuotas; racismo estructural; formación en psicología

DE L'ACCES ET LA PERMANENCE A LA RESISTANCE: IMPACTS DE LA POLITIQUE AFFIRMATIVE POUR LES NOIRS DAN LA FORMATION EM PSYCHOLOGIE À L'UFRJ

Résumé: La politique des quotas raciaux a produit une augmentation du nombre d'étudiants noirs (noirs et bruns) dans les universités publiques. Cette transformation du scénario universitaire se reflète dans les processus de formation académique, soulignant l'urgence de reformuler des pratiques et des savoirs cristallisés. La présente étude se propose d'analyser les effets des politiques affirmatives pour les Noirs en psychologie de premier cycle à l'UFRJ et leur importance pour la construction d'une formation éthique et plurielle. Pour cela, la centralité du travail a consisté à écouter les étudiants du quota noir de l'établissement, leurs perceptions et propositions sur le sujet. Les résultats montrent l'importance de décoloniser les pratiques de formation et les curricula en psychologie.

Mots-clés: politique de quotas; racisme structurel; formation en psychologie

INTRODUÇÃO

“É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos”. Esta frase, dita pela escritora Conceição Evaristo em uma entrevista², denuncia a dinâmica de desigualdade racial que sustenta os pilares da nossa sociedade e torna os processos mais difíceis para as pessoas negras. Em consonância ao que Evaristo destaca, é urgente que questionemos as estruturas que fazem com que, ainda hoje, para uma parcela expressiva da população, as condições de sobrevivência sejam atravessadas por diversos obstáculos, sejam a desfavorabilidade econômica ou a falta de acesso a direitos

² Entrevista concedida à BBC News Brasil. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

básicos, como, por exemplo, a educação.

Nessa perspectiva, quando pensamos no acesso à educação pública superior de qualidade, notamos que, ao longo de muitas décadas, este configurou-se como um privilégio das classes economicamente favorecidas, porque, ainda que não existisse um impedimento formal ao ingresso de estudantes negros e pobres nas instituições de ensino superior, as barreiras sociais cumpriam com esse papel. Até o final da década de 1990 – período que antecedeu as primeiras medidas de democratização de acesso às universidades públicas –, era baixa a expressão de negros no cenário acadêmico; em 1997, o percentual de jovens entre 18 e 24 anos que ingressaram em um curso de graduação foi de 2,2% de pardos e 1,8% de negros, enquanto entre os brancos foi de 9,6% (SOUZA, 2016; IBGE, 2010).

Com o tempo, se intensificaram os debates acerca da necessidade de reduzir a marginalização socioeconômica a que estavam submetidos os grupos marginalizados (no que se refere à afirmação de direitos), sobretudo a população negra (pretos e pardos). Assim, o Movimento Negro³ destacou a educação como um caminho possível para superar esses antagonismos e potencializar a luta antirracista no Brasil, requerendo do Estado a elaboração de políticas públicas que visassem o combate ao racismo, entre elas a política de cotas raciais. Esse segmento compreende o acesso ao ensino como um direito que possibilita a ascensão social do negro, bem como seu exercício à cidadania. A democratização do acesso às universidades públicas foi um passo importante para a conjuntura social do país, considerando que grupos historicamente excluídos do direito à educação alcançaram esse objetivo, reduzindo o caráter excludente e elitizado desses espaços. No entanto, como é a experiência do estudante cotista negro em uma instituição pública de ensino superior?

Esta pesquisa apresenta os impactos que a política de ações afirmativas para negros tem gerado na graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aqui, analiso a percepção do estudante cotista negro, do Instituto de Psicologia desta instituição, acerca de sua experiência acadêmica e ressonâncias nos processos de enfrentamentos coletivos, assim como as estratégias utilizadas para existir em um contexto majoritariamente branco, onde os padrões de ensino, aprendizagem e comportamento são pautados no modelo eurocêntrico. Dessa forma, é necessário reconhecer a incidência do racismo enquanto um fenômeno estrutural e esmiuçar como

³ O Movimento Negro brasileiro é constituído por diferentes formas de organização de negras e negros - grupos políticos, sociais e culturais - que visam resgatar o exercício de direitos e ressignificar a identidade da população negra no Brasil

ele emerge e é naturalizado no funcionamento das instituições, marcando as subjetividades negras no processo de formação.

Para isso, será considerado o efeito do epistemicídio na construção do saber *psi* – que por décadas olhou para o negro apenas enquanto objeto de estudo, e não produtor de conhecimento –, o apagamento da cultura e das contribuições científicas afrodiáspóricas, e a falta de representatividade negra no meio acadêmico.

Destaco também que, ao visibilizar essas trajetórias, procuro não estabelecer uma divisão dicotômica entre pesquisadora e objeto, mas compor uma escrevivência do processo de construção deste trabalho. Além disso, a questão da pesquisa, ao visibilizar dados críticos do campo social relacionados à afirmação de direitos, se volta para pensar aspectos ético-políticos referentes às práticas e à formação em Psicologia na UFRJ.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como destaca Kilomba (2019), a dinâmica do racismo nos transforma em sujeitos incompletos, excluídos do exercício de direitos sociais, políticos e individuais. Esta pesquisa, do ponto de vista metodológico, se propõe a reconhecer, visibilizar e dar centralidade às experiências de estudantes cotistas negros da graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ, considerando como o racismo marca suas trajetórias acadêmicas.

Para isso, foram realizadas (em 2018) 23 entrevistas individuais e coletivas com estes estudantes, que tiveram duração média de uma hora cada; alguns entrevistados optaram por serem referenciados com seus nomes próprios, outros preferiram o uso de nomes fictícios para garantir a não identificação. Foram entrevistados estudantes dos seguintes períodos: 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º períodos. As entrevistas seguiram baseadas em um roteiro composto por questões abertas sobre a democratização do acesso às universidades públicas, o impacto da política afirmativa para negros no Instituto de Psicologia, bem como as respostas institucionais utilizadas frente às mudanças geradas após a implementação dessas ações, possibilitando a livre expressão dos discentes. Além disso, foram gravadas e transcritas na íntegra, preservando a fala do sujeito.

As epistemologias e metodologias tradicionais, muitas vezes, silenciam a voz das pessoas negras, projetando-as para o lugar de coadjuvantes de suas próprias histórias. Acredito que expressar e elaborar nossas vivências, na condição de protagonistas, seja um passo importante para a construção de outros olhares acerca de uma dada realidade. Nesse sentido, Neusa Santos Souza abre o livro *Tornar-se Negro* com uma frase que

considero preciosa para a população negra; ela nos diz que “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (SOUZA, 1983, p. 17). Como é difícil realizar esse exercício em uma sociedade que tenta nos silenciar e exterminar de todas as maneiras! Penso que a construção de um discurso sobre nós mesmos é sempre um movimento coletivo e, para isso, é necessário entrar em contato e resgatar as memórias da nossa história coletiva, reconhecendo que ela está impressa em nós, no nosso corpo e nas constantes estratégias de resistência tecidas pelos nossos. Esta pesquisa é uma forma de fissurar as sutis políticas de morte existentes no contexto acadêmico branco e elitista. É um trabalho que se volta tanto para a afirmação das experiências negras na universidade, quanto para a construção de uma psicologia outra, que não hesite em pensar sobre os efeitos do racismo na constituição das subjetividades negras, não-negras e brancas e construa práticas que afirmem vida.

Portanto, tomo como principal direcionador deste estudo o conceito de *escrevivência*, desenvolvido pela escritora Conceição Evaristo. Na oficina “Memória e Escrevivência”, realizada no Museu de Arte do Rio, em 2018, a autora compartilhou que, quando começou a trabalhar com o termo (que nasceu do jogo com as ideias de escrever, ver, se ver), não tinha a pretensão de criar um conceito. A formulação foi utilizada pela primeira vez quando Evaristo participou de uma mesa no seminário “Mulher e Literatura”, onde terminou seu texto dizendo a impactante frase: “*A nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos*”.

Originalmente, a *escrevivência* diz de uma escrita contaminada pela condição de mulher negra na sociedade. Mas o conceito hoje é utilizado por diferentes autoras e autores negros que entendem que a nossa subjetividade e vivências enquanto pessoas negras não devem ser apagadas do processo de escrita. Assim, a *escrevivência* não se resume à escrita, mas também à maneira a qual atuamos nos campos de pesquisa e produzimos conhecimento. Ela demarca um ato de resistência intelectual e reconstrução de modelos epistemológicos e metodológicos que façam sentido com a nossa trajetória de construção de saberes afrodiaspóricos, produzindo movimentos de deslocamentos das normas cristalizadas nesta sociedade que ainda se estrutura em padrões ditados pela branquitude.

Olhar para a escrita literária de autoras como Conceição Evaristo foi fundamental para que eu tivesse segurança acerca de como queria elaborar este trabalho – uma escrita que não se desconecta da vida. Posto isso, é inspirada nesse processo de

criação de escrita e autonomia que busco construir a escrevivência desta pesquisa em conjunto com os estudantes cotistas negros que compõem comigo este movimento.

O MOVIMENTO NEGRO E A LUTA PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS

O Movimento Negro é um importante ator político e social que, ao eleger e visibilizar a discussão racial, trouxe um novo significado ao entendimento de raça, sinalizando como ela demarca as relações de poder e impacta a construção de subjetividades. Neste processo de desconstrução de ideias racistas naturalizadas na dinâmica social, esse movimento produz uma nova narrativa acerca da história do Brasil, rejeitando o lugar destinado à população negra, atravessado pela atribuição de estereótipos negativos sobre seus saberes, culturas e práticas. Dessa forma, o mito da democracia racial é questionado e são destacadas as ações coletivas e emancipatórias tensionadas pelos sujeitos negros no decorrer da história.

Considerando educação e trabalho como os pilares que sustentam a base da sociedade, em um cenário marcado pela herança escravocrata, é também nessas esferas que o racismo incide de maneira mais contundente. Nilma Lino Gomes (2017), em sua obra *O Movimento Negro Educador*, destaca a educação como um inquieto espaço de formação humana por onde passam uma multiplicidade de grupos sociais e este foi o campo eleito pelo Movimento Negro brasileiro como um direito social essencial para o fortalecimento do exercício de direitos e autonomia da população negra.

A autora sinaliza que o período pós-abolição da Escravatura e a Proclamação da República foram cruciais para traçar diretrizes acerca do futuro do negro brasileiro. À época, o objetivo da população ex-escravizada era se inserir socialmente e usufruir dos mesmos direitos que os demais cidadãos. Assim, a educação tornou-se uma das reivindicações fundamentais, uma vez que o analfabetismo e o baixo acesso dos negros às escolas, desde então, apresentou-se como um dos principais problemas para a inserção destes no mercado de trabalho e no contexto educacional. Assim, a fim de transformar a realidade social do negro brasileiro, o Movimento Negro adotou algumas ações no âmbito da educação que aterraram os caminhos para a formulação e implementação das políticas afirmativas.

Gomes (2017) destaca algumas dessas iniciativas centrais, como: a Imprensa Negra Paulista, que contribuiu com a formação de saberes emancipatórios voltados à população negra, reforçando a importância da educação para a ascensão social e

politizando os negros acerca de seus direitos, desde o início do século XX até a década de 1960; a Frente Negra Brasileira, criada em São Paulo, em 1931, visando promover a educação através da criação de escolas e outras iniciativas de caráter educacional direcionadas para crianças, jovens e adultos negros; o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, que lutou contra a discriminação racial através da formação de atores e dramaturgos negros, a fim de resgatar a cultura africana e positivar a imagem do negro no cenário nacional. Além disso, em 1978, surgiu, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), posteriormente rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU). O MNU pode ser considerado o principal responsável pela formação de uma geração de ativistas que concluíram a graduação e acessaram cursos de mestrado e doutorado, tornando-se intelectuais negros de referência nas discussões e pesquisas étnico-raciais no país (GOMES, 2017).

A atuação dos ativistas negros ao longo do século XX girou em torno da inclusão do negro na escola pública. Entretanto, segundo Dias (2005), em processos como a formulação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4024/61), a discussão racial se deu marcada pela ideia universalista de educação para todos, sem apresentar garantias de que a população negra seria a principal beneficiada do ensino público gratuito. Com o tempo, foi notório que as políticas públicas universais no âmbito da educação não atingiam a maior parcela da população negra; a partir de então, começaram a surgir proposições mais radicais de ações afirmativas.

Gomes (2019) destaca que, a partir da década de 1970, no contexto de enfrentamento à ditadura militar e ao racismo, o Movimento Negro teceu reivindicações mais incisivas direcionadas ao Estado, inserindo, na luta pela redemocratização do país, a pauta antirracista e a necessidade da formulação de políticas públicas que levassem em consideração as fragilidades e necessidades da população negra, sobretudo no campo da educação. O período em questão também foi marcado por tensões entre o Movimento Negro e outros movimentos sociais que não consideravam raça um fator estrutural na luta contra as desigualdades sociais (GOMES, 2019).

Contudo, Bertúlio (2012) sinaliza que, apenas nos anos 2000, o debate específico sobre questões étnico-raciais, racismo e discriminação racial veio à tona no cenário de discussão nacional, na “Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no ano de 2001, em Durban, na África do Sul. Nessa ocasião, o Estado brasileiro reconheceu a existência do racismo institucional no país,

comprometendo-se na adoção de políticas afirmativas nos cursos de graduação das universidades públicas do país e no campo do trabalho, ao assinar o Plano de Ação de Durban. “Negros na universidade foi a palavra de ordem e esta palavra de ordem trouxe uma verdadeira revolução cultural/racial no país” (BERTÚLIO, 2012, p. 28).

Para promover essa entrada, foram adotadas políticas de ações afirmativas, entre elas a reserva de vagas por meio das cotas sociais e raciais, refletindo no aumento do ingresso de estudantes negros, pobres, indígenas e deficientes físicos nas universidades. O sistema de ação afirmativa entrou em vigor no país no início dos anos 2000, tendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como uma das pioneiras na efetivação da política. As ações afirmativas podem ser definidas como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES; SILVA, 2003, p. 94).

Algumas das principais mobilizações do Movimento Negro, em prol de uma educação democrática, foram aqui brevemente apresentadas a fim de reforçar a importância deste ator social para a aquisição de direitos que hoje alcançam diferentes grupos marginalizados. Os mecanismos e políticas de exclusão de direitos e morte de oportunidades têm se atualizado rapidamente no contexto sociopolítico atual e algumas dessas conquistas históricas, como as políticas afirmativas, encontram-se ameaçadas.

BREVE HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADE FEDERAIS

A partir da década de 1990, a necessidade de ampliação de direitos para todos os estratos sociais, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais do país, ganhou destaque nos debates políticos. No âmbito do ensino superior, a democratização e ampliação do acesso às universidades foi uma das medidas anunciadas.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE), que apresentava como prioridades a elevação do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os segmentos; a redução das desigualdades sociais e regionais no acesso e permanência na educação pública, entre outros objetivos (MEC,

2001). Além dessas medidas, no que concerne ao ensino superior, o PNE destaca como uma de suas diretrizes a ampliação das vagas nas universidades e sinaliza que “há necessidade de expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes” (MEC, 2001).

Para dar prosseguimento à expansão do ensino público superior, é criado o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007. O Plano tem como objetivos principais: a ampliação do número de vagas nos cursos de graduação; a abertura de cursos noturnos; a redução do custo por aluno; a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão (MEC, 2017). O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Em 2012, é aprovada a Lei 12.711 – Lei de Cotas –, decretando que as universidades federais deveriam destinar 50% de suas vagas para estudantes com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo *per capita*, que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, considerando também a reserva de vagas para sujeitos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como portadores de deficiência (BRASIL, 2012). Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por sua vez, esse processo se deu de maneira tardia. Apenas em 2012 foi implantada a reserva de vagas, à época destinada aos estudantes oriundos de escolas públicas que ingressassem por meio das vagas ofertadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em 2013, foram destinadas 30% das vagas para este grupo e, a partir de 2014, o percentual foi elevado para 50%. Somente a partir do concurso de acesso de 2013, entrou em vigor a cota racial na instituição, quando foram reservadas 51,8% das matrículas para estudantes pretos, pardos e indígenas de baixa renda. O sistema de cotas para pessoas com deficiência foi adotado em 2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Antes da efetivação da referida lei, muitas universidades federais do país mostravam-se resistentes à política de cotas, como a UFRJ, que rejeitou a medida em 2004. A negação à democratização do acesso às universidades aponta para o interesse em manter a dinâmica estrutural de desigualdades, em que os lugares de influência e representatividade não são expressivamente ocupados por negros, indígenas e pobres. O racismo, enquanto fenômeno estrutural, fundamenta a base das relações porque um grupo se beneficia dele – há séculos – e nunca precisou ter seu lugar de poder e privilégio questionados. Quando o que está em questão é a reparação da condição de desvantagem da população negra, as consequências sociais do processo de escravização são negadas

ou vêm acompanhadas de “poréns”. Defende-se que as medidas de discriminação positiva podem potencializar o racismo, no entanto, ao longo de 400 anos, nenhuma outra ação foi pensada com o intuito de mitigar a disparidade social existente entre brancos e negros no país.

A NOÇÃO DE RAÇA E SEU IMPACTO NA ESTRUTURA SOCIAL

De acordo com Almeida (2018), a noção de raça enquanto um termo que estabelece distinções e categorias entre seres humanos é um fenômeno próprio da modernidade. O autor destaca que seu sentido é sempre relacional e histórico, ligado a contingências políticas e econômicas. Dessa forma, a partir de eventos históricos do século XVI, como a expansão mercantilista, que possibilitou a ampliação da cultura renascentista e consequente construção da filosofia moderna, o europeu ganha o status de *homem universal*, e ocorre a normatização da cultura europeia em detrimento dos demais povos e sistemas culturais. Posteriormente, no século XVIII, o pensamento iluminista amplia a noção de homem para algo passível de ser conhecido, investigado e categorizado em diferentes esferas, compreendendo-o não apenas como sujeito, mas também objeto do conhecimento. Assim, o Iluminismo tornou propensa a classificação de grupos humanos com base em atributos físicos e culturais, introduzindo a distinção entre civilizado e selvagem (ALMEIDA, 2018).

Para o sociólogo Achille Mbembe (2016), é justamente a categorização e divisão da espécie humana em grupos que torna possível o funcionamento das políticas de morte. Segundo ele, “a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou dominá-los” (MBEMBE, 2016, p. 128). Embora o Iluminismo, enquanto movimento intelectual, tenha defendido o uso da razão e da liberdade econômica contra o absolutismo do Antigo Regime, essa liberdade não era universal, uma vez que os limites de gênero e raça estavam postos. Nesse sistema, quem ocupou posição de privilégio e protagonismo possuía gênero e raça definidos: homem - branco - europeu.

Almeida (2018) destaca ainda que é nesse cenário de tensões e tentativa de “reorganização do mundo” que emergem as grandes revoluções liberais inglesa, americana e francesa, visando à instituição de um novo sistema de poder “em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*” (ALMEIDA, 2018, p. 21). Em seguida, a ideia de civilizar os povos considerados selvagens, com base nos padrões

europeus, e disseminar os ideais de liberdade e igualdade culminou no violento processo de colonização de corpos e subjetividades, o colonialismo. Nessa perspectiva, Fanon (1968) afirma que o colonialismo, mais do que um processo de imposição, é uma ferramenta de opressão e aniquilamento das memórias de um povo, visando a alienação cultural e o convencimento de que a dominação colonial era um meio de defendê-los deles próprios.

Ainda no século XVIII, outro importante evento histórico tornou nítido que a liberdade e igualdade de direitos não se aplicava a todos: a Revolução Haitiana (1791-1804). Parte da população negra haitiana, negros libertos e escravizados pela colonização francesa, deu início a um processo de revolução e oposição ao sistema de extrema violência vigente, reivindicando ser alvo do projeto de liberdade e igualdade universais, cunhados pela Revolução Francesa. A independência do país foi proclamada em 1804 e, ao mesmo tempo que gerou receio, nos colonizadores, de que novas revoluções lideradas por povos escravizados emergissem, trouxe uma série de percalços ao território caribenho (ALMEIDA, 2018).

Dessa forma, como apresenta Mbembe (2016), a raça se constitui como uma tecnologia que possibilita as dinâmicas de poder e controle de corpos. Para a compreensão dessas técnicas, é fundamental destacar o que Foucault conceituou como biopolítica – a nova gestão da vida e da morte por meio do poder disciplinar. Aqui, o direito soberano de matar seria controlado pelos aparelhos do Estado. O autor destacou que o corpo é um espaço de disputa no qual são circunscritas normas sociais. Assim, os dispositivos de controle têm a finalidade de docilizar e adestrar os corpos e essa gestão biopolítica é concretizada através de instituições como: escola, hospital, prisão. A centralidade da biopolítica consiste em investir na vida mais do que na morte para controle das populações. No entanto, determinadas vidas não são contempladas por essa dinâmica; nem todos têm o direito de viver, sobretudo os corpos negros.

Para Mbembe, a tecnologia de biopoder e biopolítica estava, antes de tudo, escrita na produção das colônias e no processo de colonização, principalmente na escravização do ponto de vista da produção de morte enquanto política: “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica.” (MBEMBE, 2016, p. 130). Entretanto, de acordo com o autor, o conceito de biopoder é insuficiente para a compreensão das violências praticadas durante o período colonial, bem como as novas formas contemporâneas de criação de mundos de morte, todas elas estruturadas como consequências do período de escravização.

Dessa maneira, o binômio biopolítico *‘fazer viver e deixar morrer’* é modificado para *‘fazer morrer e deixar viver’*: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2016, p. 123). Esse aspecto é o ponto de partida para a elaboração do conceito de necropolítica – política da morte – formulado por Mbembe (2016), ao destacar que o Estado escolhe aqueles que devem morrer e reforça que o inimigo a quem se deve exterminar é um corpo racializado. É importante pontuar que esse processo não se refere apenas à morte física, mas também à morte de possibilidade de obtenção de direitos ético-estético-políticos. Consequentemente, o racismo se estruturou como um elemento fundamental para a manutenção das políticas de morte.

Por conta do Positivismo do século XIX, a investigação e diferenciação das características humanas ganha caráter científico; as ciências naturais são utilizadas para explicar como as características biológicas e as condições geográficas determinavam diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças, atribuindo ao negro um comportamento naturalmente bestial, violento e lascivo (ALMEIDA, 2018). Assim, se estabelece o racismo científico, que embasou de maneira significativa estudos e teorias de distintas áreas do conhecimento; algumas delas ainda resistem de maneiras sutis ou declaradas. É possível, então, definir o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Entretanto, apesar dos esforços de se provar o contrário, a partir do século XX, a antropologia e, posteriormente, a biologia demonstraram a inexistência de determinantes biológicos ou étnico-culturais que justificassem a hierarquização de seres humanos, visto que a raça é um elemento necessariamente social e político (ALMEIDA, 2018).

Para falar em termos bem genéricos, raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas. E dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis (HALL, 1995, p. 1).

Com esses breves apontamentos acerca da noção de raça, não tive como objetivo traçar uma linha do tempo ou esmiuçar as peculiaridades deste conceito que gera tantas controvérsias sobre sua etimologia. A finalidade aqui é apresentar uma perspectiva que aponta o racismo como um projeto político que produz efeitos de desigualdades e

sofrimentos presentes até os dias de hoje.

Portanto, se faz necessário analisar as situações a partir de óticas que levem em consideração o componente étnico-racial não como um recorte, mas uma estrutura que marca a vida dos sujeitos negros, não negros e brancos, no que se refere a diferenças, vantagens e o simples privilégio de poder existir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudar em uma universidade pública para alguns é um caminho óbvio, por vezes, a continuidade de um ciclo trilhado anteriormente por seus familiares. Para a maioria dos pesquisados, conquistar esse espaço foi por si só uma subversão ao que estava posto socialmente como possibilidade. Algo incomum e inesperado na história de suas famílias, uma vez que 17 dos 23 entrevistados foram os primeiros a acessarem o ensino superior em seu núcleo familiar.

A necessidade de ultrapassar fronteiras se destacou como um aspecto comum compartilhado pelos entrevistados. A primeira delas seria romper com o pensamento de que “universidade pública não é um lugar para pessoas negras”; outro limite contornado foi a barreira da desigualdade escolar. Oriundos de colégios públicos, em sua maioria estaduais, muitos deles não tiveram acesso a conteúdos básicos e relevantes quando se pretende prestar o ENEM, uma consequência da falta de professores nos colégios, cancelamentos de aulas e a baixa qualidade do ensino. Para minimizar os impactos da desigualdade no percurso escolar e concretizar o objetivo de acessar o ensino superior, se fez necessário recorrer a outros meios, como se matricular em pré-vestibular social, ou juntar dinheiro e receber auxílio de familiares para ingressar em cursos preparatórios pagos, como exposto no trecho abaixo:

Em 2013, eu comecei a fazer pré-vestibular social, só que aí percebi que eu não estava dando conta, porque eu estudei a minha vida toda em escola pública (...)
Em 2014, minha família se juntou para eu fazer um pré-vestibular pago, aí eu fiquei 2014 todo fazendo. Em 2015, eu consegui passar para a UFRJ (Martha).⁴

No âmbito educacional, é possível observar a dinâmica da exclusão sistemática da população negra. Um exemplo disso é a mudança que se dá no perfil de estudantes que acessam as instituições de ensino médio e superior público e privado. Nas escolas

⁴ Essa será a forma utilizada para registro das falas dos estudantes entrevistados.

municipais e estaduais, o público alvo é em sua maioria negro, enquanto, nos colégios particulares, a cara do corpo estudantil é branca. Quando se trata do ensino superior, ocorre uma inversão. O público que acessa as universidades federais e estaduais passa a ser expressivamente branco e as pessoas negras tendem a ingressar com mais facilidade nas universidades privadas, principalmente por meio de medidas como o PROUNI. A entrevistada Bruna sinaliza a percepção que teve ao vivenciar tal inversão:

Eu conheci uma realidade de instituição pública que é essa para o povo, que é a escola pública, a saúde pública e eu não sabia a realidade de uma universidade pública, que é diferente. Foi engraçado chegar e ver muita gente branca e rica, foi realmente engraçado! Eu já sabia que ia ser assim porque no curso (pré-vestibular) que eu fiz só tinha branco rico, eu era tipo, sei lá... eu e mais uma menina negra e as duas de pele clara no curso preparatório. (...) Eu via todo mundo numa universidade pública dentro daquela sala. Então, quem está se preparando para ir para universidade pública? Você sai da escola pública, onde é majoritariamente negros e pobres, e se prepara para ir para universidade pública, onde é majoritariamente brancos e ricos. Então, é uma inversão muito maluca! (Bruna).

No dia 13 de novembro de 2019, o portal de notícias El País⁵ divulgou alguns dados, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no informativo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”. A pesquisa mostra que o número de matrículas de estudantes negros (pretos e pardos) nas universidades públicas ultrapassou, pela primeira vez, o número de brancos. De acordo com o estudo, em 2018, a proporção de negros no ensino público superior alcançou o índice de 50,3%. Os dados apontam também que o abandono escolar entre a população negra diminuiu de 30,8%, em 2016, para 28,8%, em 2018. Entre a população negra que cursa formação superior, na faixa de 18 a 24 anos, o percentual aumentou de 50,5%, em 2016, para 55,6%, em 2018. Contudo, o índice de estudantes brancos na mesma faixa etária foi de 78,8%. (IBGE, 2019).

A notícia de que negros são, pela primeira vez, a maioria nas universidades públicas do país leva em consideração somente os índices de matrícula e autodeclaração étnico-racial. Não foi feita uma investigação sobre quem tem de fato utilizado as vagas da política afirmativa nessas instituições, ou seja, não foi considerada a questão das fraudes nas cotas raciais. Portanto, é necessário lançar alguns questionamentos: Quais cursos possuem maioria negra? De quais universidades? Quais são os índices de evasão dos discentes negros? Como é o processo de permanência desses estudantes no ensino

⁵ Matéria disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html>

superior? Quantos conseguem concluir a formação? Quantos estudantes ingressantes pela política de cotas raciais são efetivamente negros?

O sistema de cotas é inquestionavelmente uma medida exitosa, pois ampliou o acesso de negros nas instituições de ensino superior. Entretanto, toda política pública precisa ser acompanhada e aperfeiçoada em âmbito continuado. Recentemente, as universidades públicas iniciaram mobilizações para mitigar as fraudes nas cotas raciais e, até mesmo, punir os fraudadores, através da instauração das Comissões de Heteroidentificação, que buscam identificar quais candidatos são aptos a ocupar as vagas de cotas raciais. Na UFRJ, por exemplo, a medida entrou em exercício no primeiro semestre de 2020.⁶

Afirmar que negros são maioria nas universidades sem incluir nas análises os aspectos anteriormente apontados pode colocar em risco a continuidade da política de cotas, considerando-a como não mais necessária, principalmente quando estamos no ano de 2022, data definida por lei para que a medida seja reavaliada.⁷

É importante reforçar que o aumento do número de estudantes negros não garante o aumento da representatividade negra no espaço acadêmico, visto que ainda somos minoria nos cursos de Pós-Graduação e no corpo docente e discente dessas instituições e seguimos na luta contra a estrutura branca de dominação de conhecimento.

Nas entrevistas, foi destacado que a baixa representatividade negra no cenário universitário gera consequências, como a sensação de constante deslocamento e percepção de que a experiência acadêmica será atravessada por tensões provenientes da desigualdade étnico-racial:

A primeira vez que entrei aqui, eu lembro até hoje, primeira vez que eu entrei na sala ... é um panorama diferente que na escola estadual, a maioria da galera é negra, assim... muita gente preta e tal e aí você entra aqui na UFRJ e aí a primeira vez que entrei aqui falei: "Nossa! Só tem três negros aqui, só tem eu, aquela menina, e aquele menino, três pessoas negras aqui!" Aí eu fiquei olhando para minha turma e acho que dá um choque de realidade, de quanto seria mais difícil... a trajetória seria mais difícil do que eu pensei (Douglas).

As situações anteriormente apresentadas evidenciam o caráter estrutural do racismo, pois sinalizam a materialidade deste fenômeno no cotidiano dos sujeitos negros, por meio de disparidades materiais e simbólicas que impedem ou dificultam o acesso

⁶ Informações disponíveis em: <https://ufrj.br/noticia/2020/02/14/nota-oficial>

⁷ Lei Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

dessas pessoas nos campos de educação e trabalho e, mesmo quando esse acesso é viabilizado, as violências diretas e indiretas não deixam de acontecer. A compreensão do racismo estrutural é fundamental para retirar das costas dos negros os pesos provenientes da desigualdade racial. Além disso, é necessário compreender que o racismo nem sempre pode ser percebido por meio de ações violentas explícitas. No Brasil, essa dinâmica frequentemente se manifesta de maneira velada, dificultando o combate direto ao problema. Mas quando olhamos para a experiência de indivíduos que têm a negritude e a desigualdade de classe como marcadores em suas vidas, torna-se insustentável negar os efeitos danosos desse sistema no tecido social.

Como Silvio Almeida (2018) destaca, dizer que o racismo é um fenômeno estrutural implica compreendê-lo como uma consequência do modo como as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares foram constituídas, ou seja, existe uma ordem social que favorece a perpetuação de desigualdades na existência da população negra no país. Assim, as ações individuais e institucionais são efeitos “de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

PERCEPÇÕES DO RACISMO INSTITUCIONAL

Falar sobre racismo institucional é necessariamente entender como são moldadas as relações entre as *pessoas* nas instituições. Diante disso, nesta pesquisa, foi fundamental dar enfoque às interações dos estudantes cotistas negros, do Instituto de Psicologia da UFRJ, com colegas e professores. Nesse sentido, um grande incômodo apresentado nas entrevistas foi a dificuldade em enfrentar a dinâmica de ensino dos professores, muitas vezes transmitida de maneira pouco acessível, bem como desconexa à realidade de um perfil de estudante (negro, pobre e periférico) até então estranho aos “padrões” da universidade.

Cara, se você não sabe falar um inglês maneiro, se você não sabe ler um texto em inglês, você “Gente, estamos no ensino superior, né! Quem não sabe ler um texto em inglês?” Pô, eu não sei ler um texto em inglês, entendeu?! Eu tive que quebrar a cabeça para ver algumas coisas em inglês, para aprender o inglês muito básico, muito ruim porque eu não tive acesso a isso (...) em algumas situações essas exigências podem ser até diretas, mas eu vejo... aqui acho que é mais sutil, mas indireta do que direta, tipo “Cara, você não sabe o que é isso, não?” (Thiago).

Essa exigência discreta é uma das faces do racismo institucional, um mecanismo que faz com que o sujeito negro se sinta inadequado, portanto não digno de ocupar a academia. Os relatos anteriores me trazem à memória uma situação específica que

enfrentamos no Instituto de Psicologia, quando um professor branco se sentiu extremamente confortável em dizer que “Quem não sabia falar inglês e francês era meio analfabeto para aprender psicologia”. Essa forma de violência, camuflada como conhecimento válido, consegue se sustentar unicamente porque os padrões que regem as instituições são racistas. Afinal, de qual psicologia estamos falando que só pode ser reconhecida quando utilizamos referências norte-americanas, francesas ou inglesas? Hoje, muitos estudantes negros que ocupam o campo acadêmico têm buscado construir uma Psicologia ao sul, brasileira, antirracista e cada vez mais preta. Portanto, se mudarmos a perspectiva, quem se torna analfabeto para construir tal conhecimento?

De acordo com os entrevistados, o corpo docente frequentemente se mostra pouco sensível aos desafios cotidianos enfrentados pelos estudantes, assim como resistente em compreender que o processo de democratização do acesso ao ensino superior é um trabalho coletivo que demanda a ampliação e reformulação de um jeito-de-fazer.

A perspectiva institucional do racismo demonstra que este fenômeno ultrapassa a ação individual e passa a tratá-lo como resultado do funcionamento das instituições, conferindo desvantagens e privilégios a diferentes grupos a partir da raça. Aqui, o que precisa ser destacado são as relações de *poder*, bem como as estruturas de dominação e manutenção de privilégios que um grupo dominante (branco) exerce sobre o outro (não branco). O racismo não é criado, mas sim reproduzido pelas instituições; estas, portanto, são o retrato do que acontece na sociedade de maneira estrutural.

Desse modo, Almeida (2018) afirma que é por meio das instituições que os indivíduos tornam-se sujeitos, de regras, que reforçam e moldam o comportamento social. Para o autor, não são somente ações isoladas de indivíduos ou grupos racistas que tornam a desigualdade racial uma marca da sociedade, mas, principalmente, o domínio sistemático de grupos raciais sobre os mecanismos de controle institucionais. Assim, é possível impor seus interesses e definir quais os padrões de comportamento serão estabelecidos como norma, ou seja, o jeito certo de falar, de se vestir, a aparência considerada aceitável, os conhecimentos tidos como válidos, entre outras medidas de controle.

Quando convidados a falar sobre a relação com colegas de curso e professores, os entrevistados apontaram para o racismo explícito e velado nas atitudes desses sujeitos, que vêm acompanhadas pelo não reconhecimento do próprio preconceito que elas expressam. Entre os colegas brancos, uma forma comum de racismo era se referir aos estudantes cotistas como pessoas menos capazes de sustentar as exigências do campo

acadêmico, ou mesmo não dotadas de conhecimento relevante. Para uma estrutura de pensamento racista, é inviável reconhecer que um cotista negro possa trazer em sua bagagem teórica os mesmos conhecimentos que um branco, ou expressar uma trajetória acadêmica exitosa. Em consonância com a fala de Lélia Gonzalez (1984), como alguém que está dentro “da lata de lixo da sociedade” pode produzir movimentos de fissura às estruturas vigentes e assumir o protagonismo na construção de saberes e discursos sobre si? Entretanto, a despeito de todos os percalços enfrentados, esse movimento é possível e vem sendo construído.

Lembro que logo no primeiro período, assim, uma pessoa próxima a mim falou que “Não dá pra esperar que uma pessoa cotista tenha o mesmo rendimento que eu, que vim de uma escola particular, isso não vai acontecer, né?”. Aí, eu fiquei super tipo: “Que?”. Até agora eu estou, sei lá, no sétimo período e não repeti nenhuma matéria. A pessoa que falou isso pra mim repetiu várias (...) Fica parecendo que porque eu tô nesse lugar, rola um certo recorte no que posso falar, por exemplo, de raça. Sendo que tenho a impressão que quando falo de outra coisa sempre é “Uau, você sabe isso? Sabe falar de outra coisa?”. Todo mundo aqui sabe também, mas quando eu sei fica diferente, “Como você conseguiu acessar esse conhecimento? (Marcos).

Os estudantes destacaram como um aspecto negativo a resistência de alguns professores ao sistema de cotas raciais, manifesta através de comentários depreciativos às suas capacidades intelectuais.

Outra coisa que eu sinto, é que sempre que os professores falam “dessa galera que entrou com política de cotas”, como se elas fossem o problema da universidade. “Ai, meu Deus, essa galera chegou e a gente teve que mudar nossas aulas”. O problema não são eles que não estão acostumados a dar aula para cotistas e pessoas que estão pedindo outros tipos de relação. O problema somos nós que entramos no espaço deles, e agora que eles precisam não ser racistas tenho essa sensação de que sou o problema. Fico muito constrangida quando sou a única pessoa negra, enfim, de cor, na sala porque tudo que tem a ver com racismo, com questões raciais, a gente chama a “Wikipreta” pra falar sobre aquilo. Quando isso não é requisitado diretamente, são os olhares que as pessoas direcionam para você (Raquel).

Os dispositivos institucionais frequentemente se atualizam mediante a possíveis ameaças ao seu funcionamento a fim de garantir que o controle permaneça nas mãos da minoria branca. Resistir às mudanças que a presença negra pode produzir em espaços de influência é um meio de manter a estrutura de dominação intacta. Dessa forma, quando um professor branco projeta no estudante cotista negro a responsabilidade pelo problema, ele automaticamente se isenta do movimento de questionar seu próprio lugar social e se perceber como parte da dinâmica de privilégios e desfavorabilidades, consequentemente

deixando de se implicar no combate ao racismo.

Sabemos que o racismo não foi inventado pelos negros, nem pelos brancos contemporâneos, entretanto as pessoas brancas desfrutam até hoje dos privilégios estruturais provenientes dessa violência [algumas delas alimentam esse processo], assim como a população negra colhe as consequências danosas desse sistema. Portanto, o combate a esse fenômeno é uma responsabilidade coletiva, como pontua Angela Davis: “Em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. Essa frase é fundamental para entendermos quem são os nossos aliados no debate racial.

EPISTEMICÍDIO: INVISIBILIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA E PRODUÇÕES NEGRAS

Eu, enquanto estudante negro aqui na UFRJ, no momento em que entrei aqui eu já sabia que lugar era esse que eu estava pertencendo, que não era um lugar comum, era um lugar deslocado da minha realidade, da minha existência mesmo. Um lugar que foi colocado historicamente para você não pertencer. Você pertence não pertencendo. Então, acho que isso vai perpassando o nosso corpo até o momento que a gente pensa mesmo o que a gente está fazendo aqui dentro, né? Se a gente está realmente estudando sendo subjugada por epistemologias de pensamento brancas, ou se a gente tá provocando mudanças aqui dentro, pensando em outras formas de fazer psicologia que sejam voltadas para pessoas e modo de existência de pessoas que foram invisibilizadas (Paulo).

No fragmento acima, Paulo se refere à universidade como um lugar que foi construído historicamente para o sujeito negro não pertencer. Essa sensação de caminhar na corda bamba, se perceber como um corpo inadequado que se move num constante limite dentro-fora é a marca de um processo de dominação e produção de inferioridade individual e coletiva. Para nós, estar em sala de aula, produzir conhecimento, ou o simples fato de existir na academia é marcado pelo peso de frequentemente questionar a própria capacidade intelectual.

O epistemicídio pode ser comparado a um monstro que possui muitos tentáculos; um deles é justamente a produção de corpos inadequados e não pertencentes. Esse não-lugar é construído gradativamente e reforçado pelo imaginário social que, através das mídias, retrata os negros como sujeitos fadados aos lugares subalternos e raramente ocupando posições positivas de destaque e liderança. Da mesma maneira, o sistema educacional contribui para a perpetuação dessa ideia ao invisibilizar ou mesmo negar as contribuições de pessoas negras na história, nas ciências, na arte, bem como ao apresentar um currículo escolar que retrata uma perspectiva única – a eurocêntrica – em que o negro se encontra representado como um ser de baixa capacidade intelectual. Como

consequência, essa conjuntura favorece a internalização de uma autoimagem negativa por parte das pessoas negras, dado compreensível, uma vez que é difícil ter autoestima quando você não se vê positivamente representado nos espaços.

Nas entrevistas, vieram à tona, de maneira expressiva, afetos provenientes da vivência do epistemicídio: o não-lugar pontuado anteriormente, o sentimento de inadequação, a autoimagem negativa, a baixa-estima intelectual, bem como o comportamento de frequentemente se comparar com os outros colegas. A cobrança excessiva em procurar ser sempre “o melhor” dentro dos padrões da academia também foi uma dificuldade compartilhada.

Eu percebo isso claramente, até mesmo na forma como a gente lida com o conhecimento. Eu sempre tive este discurso de estudar duas vezes mais para tentar estar no mesmo nível dos meus colegas, só que isso não dá, porque a gente vive em realidades, em planos muito diferentes, histórias de vida diferentes, objetivos diferentes. Teve uma época que eu falava que tinha que pegar umas oito matérias, só que isso é inviável tendo que lidar com todas estas questões (Nayara).

Para a filósofa Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio é uma tecnologia de poder que visa o controle e/ou anulação dos corpos negros. Incide através da produção de inferioridade intelectual, reforçada pelo sistema da branquitude que não legitima aos negros o lugar de sujeito cognoscente válido. Nesse sentido, alguns entrevistados destacaram que essa dinâmica emerge no cotidiano acadêmico por meio do silenciamento ou descrédito dado às contribuições de estudantes negras e negros. Como relata Patrícia:

Pelo simples fato de sermos pessoas pretas, a gente tem que fundamentar mil vezes tudo que vai falar, mesmo se a gente não for falar sobre questões raciais, porque a gente está falando como pessoas que não produzem um saber científico. Então, a gente está tendo que produzir muito mais do que essas pessoas pra poder fazer um trabalho.

Ao ingressar em um curso que destaca apenas as contribuições científicas de teóricos brancos, somos levados a acreditar que, de fato, os intelectuais negros nada produziram de relevante ao longo da história. Entretanto, o que ocorre é um processo de produção intencional de ausência quando, na verdade, as contribuições negras são vastas, sobretudo nas ciências humanas, e se apresentam como uma grande oportunidade de enriquecimento e ampliação do enfoque das pesquisas brasileiras. Principalmente por levar em consideração atravessamentos de gênero, classe e raça, fundamentais para a compreensão estrutural da nossa sociedade. Os próprios entrevistados pontuaram que sentem falta de uma pluralidade no processo de formação em Psicologia e, ao buscarem

referências fora dos conteúdos oferecidos nas salas de aula, se depararam com um rico material produzido por teóricos negros. O desafio, portanto, é ampliar essas discussões nos espaços de formação e incluir na grade curricular epistemologias que abordem a temática étnico-racial, como sinalizado no relato a seguir:

Eu acho que o desafio é a gente conseguir trazer essas discussões para dentro da universidade, uma discussão racializada real, ou que traga outras realidades que não seja a realidade europeia, que é o que mais me incomoda. Porque assim, eu fui estudando e eu sinto falta de um estudo mais contextualizado sobre América Latina, Brasil, pelo menos. No mínimo, que não seja apenas lendo autores europeus, franceses ou ingleses, porque realmente rolava um distanciamento assim desde o começo da faculdade (Ian).

Sobre a decisão de quais epistemologias serão legitimadas, Kilomba (2019) afirma que o conhecimento e o poder racial caminham entrelaçados. Para exemplificar, ela descreve uma dinâmica que costuma fazer com seus alunos todo início de semestre. Inicialmente, lança alguns questionamentos, como: Quais países africanos foram colonizados pela Alemanha? Quantos anos durou a colonização alemã no continente africano? Quem escreveu *Pele Negra, Máscaras Brancas*? Segundo a autora, a maioria dos estudantes brancos da sala não são capazes de responder às perguntas, enquanto os estudantes negros respondem corretamente a grande parte delas. Esse exercício possibilita que os invisíveis ocupem um lugar de destaque, enquanto os que usualmente têm voz tornem-se silenciosos, por desconhecerem os assuntos em questão. A partir disso, Kilomba (2019) mostra que não existe neutralidade no campo acadêmico, sendo este um espaço que confere privilégios e autoriza as epistemologias de pensamento brancas, enquanto o sujeito negro é colocado como mero objeto nessa dinâmica que o subordina e inferioriza. Os intelectuais negros, há muitas décadas, têm falado e produzido, entretanto suas vozes são propositalmente desqualificadas e silenciadas, até mesmo no campo das produções étnico-raciais, no qual pesquisadores brancos se tornam especialistas reconhecidos em cultura negra. Diante disso, a autora tece uma importante observação: “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Apesar da constante resistência e hostilidade acadêmica aos saberes contra-hegemônicos, alguns movimentos autônomos de resistência têm sido tensionados pelos estudantes negros. Um deles é buscar afrocentrar as próprias pesquisas e produções na universidade, a fim de chamar atenção para a urgência de se compreender como o fator

racial impacta a sociedade a nível individual e coletivo.

Eu, particularmente, das últimas vezes estava tentando afrocentrar as pesquisas, tentando usar neurocientistas negros e ver o que eles falavam (...) Então, todo dia você tentar olhar para aquela sua prática, para sua linha teórica e pensar como é que você volta isso para as pessoas que te representam, entende? Porque eu vejo completamente que a ciência como estudo serviu à população branca há séculos. Então, como é que hoje você faz uma ciência realmente voltada para essas questões? (Dener).

O epistemicídio também pode ser percebido por meio do apagamento de estudos que levem em consideração o debate da racialidade nas produções no campo da Psicologia. Diante disso, não há como deixar de pensar como uma ciência que possui inserção na área de políticas públicas, no sistema socioeducativo, na saúde pública, nas comunidades, espaços expressivamente habitados por pessoas negras, pouco centraliza a discussão étnico-racial no decorrer do processo de formação. O incômodo com o silenciamento da Psicologia brasileira em relação às questões anteriormente apontadas foi algo amplamente destacado pelos estudantes entrevistados.

Diante do que foi exposto, acredito que seja importante ressaltar que nós, intelectuais negras e negros, não temos como objetivo destruir ou desqualificar todas as contribuições epistemológicas de sujeitos brancos, a fim de impor apenas epistemologias negras. É fundamental ter acesso a toda forma de conhecimento e poder escolher por quais caminhos teóricos se pretende seguir. Buscamos, então, a liberdade da escolha para produzir e visibilizar outras perspectivas da história, sem interferência da branquitude, estabelecendo no campo acadêmico novos modos de produção de saber, que recebam espaço e validação, assim como as matrizes teóricas impostas até o momento. Precisamos questionar os perigos de histórias, epistemologias e metodologias únicas.

CONCLUINDO: POLÍTICA DE COTAS RACIAIS, O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

Alguns impactos da presença de estudantes cotistas negros na formação em Psicologia da UFRJ foram apresentados ao longo deste artigo. Talvez o principal deles seja explicitar o quanto as práticas *psi*, bem como o processo de formação em Psicologia, ainda se organizam de modo a favorecer a reprodução do racismo, uma vez que, se não debatemos amplamente o fenômeno, torna-se inviável a construção de ferramentas para eliminá-lo.

A Psicologia, no decorrer de sua história, negligenciou em suas produções o efeito do racismo na construção das subjetividades negras e não-negras, fato que reflete diretamente na formação e atuação dos profissionais da área no acolhimento às questões marcadas pelo fator étnico-racial. Aqui, é importante resgatar o artigo II dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos que sinaliza: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, Art II). Ou seja, nossa prática profissional deve estar voltada para o exercício de identificar toda forma de ação preconceituosa e, então, promover intervenções éticas que visem à desconstrução destas. Entretanto, para isso, é necessário preparo e qualificação por meio da ampliação dos estudos sobre os fatores que sustentam as desigualdades estruturais, como o racismo e seus atravessamentos.

Nas entrevistas realizadas, os estudantes reconheceram que o debate sobre racismo tem sido mobilizado no Instituto de Psicologia, ainda que de maneira tímida, geralmente produzido pela insistência dos próprios estudantes negros e acolhido por alguns docentes que se mostram mais implicados na luta antirracista. Entretanto, os pesquisados pontuaram que, muitas vezes, as discussões ocorrem de maneira pouco aprofundada e as iniciativas da instituição e do corpo docente em prol da visibilização da temática ainda estão aquém do necessário.

Falando do IP, das aulas, quando entrei aqui, a raça nunca foi tema de nada. Nos últimos períodos, têm tido, nas matérias, pelo menos uma aula, o que não é grandes coisas para discutir isso. Acho que isso também diz deste lugar que a gente está, que a gente está forçando. Nas aulas, os alunos estão chamando atenção para essa temática (Nayara).

A fala acima revela a dificuldade atual em encontrarmos um currículo plural ao longo da graduação em Psicologia na UFRJ, ao mesmo tempo em que mostra as fissuras produzidas gradativamente naquela estrutura. A respeito disso, alguns entrevistados destacaram a resistência que a instituição apresenta em se deslocar da posição cristalizada e reconhecer, na prática, os problemas que marcam as diferenças nas relações raciais, inclusive no âmbito da formação em Psicologia.

Contudo, no curso das entrevistas, observou-se também que, mesmo sendo um ambiente desencadeador de violência, a universidade é o cenário onde variadas transformações individuais e coletivas têm acontecido. Muitos entrevistados tiveram

acesso às discussões étnico-raciais após o ingresso no ensino superior, ao participarem de reuniões, mobilizações e coletivos. Outros compartilharam que se reconheceram enquanto pessoas negras a partir das experiências vividas neste espaço. Portanto, esses aspectos evidenciam que as relações interpessoais agenciam processos de transformação de consciência e nos levam a refletir sobre as mudanças que poderiam ser produzidas, no processo de formação em psicologia, com a construção de um currículo sólido sobre relações étnico-raciais, dado que demandaria a qualificação dos docentes em relação à temática.

Por fim, outro aspecto destacado como relevante para a transformação estrutural nos espaços de formação foi a necessidade de encontrarmos pessoas negras, não-negras e brancas dispostas a se engajarem na elaboração de uma Psicologia outra, que se desconstrua dos próprios preconceitos que carrega. Uma Psicologia antirracista voltada para a compreensão das urgências estruturais da nossa sociedade.

Eu acho que enquanto a cara do IP não mudar, trazendo mais professores aliados e que pensam junto com a gente, negros e não necessariamente apenas professores negros, porque pode ser que tenha um negro que não pense nessa questão, mas professores que pensam dentro dessa questão, a gente não vai conseguir encontrar resposta dentro. (Ian)

A Psicologia é uma importante ferramenta de luta, um campo de saber que carrega consigo o poder de legitimar discursos e práticas. Diante disso, é urgente refletir sobre quais comportamentos têm sido autorizados pela Psicologia no que se refere às relações raciais?

Quando olhamos para a realidade da sociedade brasileira e a localização da população negra em meio a esse processo, percebemos que o racismo e seus efeitos nocivos estão longe de ser superados. As políticas de extermínio de direitos se atualizam e se intensificam à medida que ferramentas de equidade social são produzidas. No entanto, hoje, os profissionais da psicologia saem das universidades sem o devido preparo para acolher o sofrimento dos sujeitos negros. De certa forma, a política de cotas raciais insere no processo de formação em Psicologia realidades, antes, ignoradas pela própria estrutura elitizada dessa ciência. Considero que esse seja o primeiro passo para a ampliação da representatividade negra na profissão, bem como formulação de teorias e práticas antirracistas que modifiquem o tom individualizante e elitista da área. Desenvolver esse estudo, além de abrir caminho para discussões sobre racismo e outros processos de desigualdades sociais, é uma forma de marcar a urgência da reformulação

da Psicologia no que se refere ao debate da racialidade, ao racismo e às relações étnico-raciais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa mostra evasão de 30% em cursos superiores privados. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-09/pesquisa-mostra-evasao-de-30-em-cursos-superiores-privados>> Acesso em 22 de out de 2019

ALMEIDA, S. O Que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte: *Letramento*, 2018. 38, 39 p.

BERTÚLIO, D. L. L. Racismo e desigualdade Racial no Brasil. In: DUARTE, E. C. P; BERTÚLIO, D. L.; SILVA, P. V. B. [Orgs] 2012. Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político. *Juruá editora*. Curitiba, 2012, p. 28, 94.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de agosto de 2012.

CARNEIRO, A. S. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. 2005. 339f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 2 de abril de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: *Conselho Federal de Psicologia*, 2005.

DIAS, L.R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, J. (Org.). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília, DF: MEC; *Secad*, 2005.

FANON, F. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro, RJ, *Editora Civilização Brasileira*, 1968

GOMES, N. L. O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis. *Editora Vozes*, 2017

GOMES, N. L. O Movimento Negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.I.] v. 11, n. Ed. especial, p. 141-162, abr. 2019. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>> Acesso em: 23 out. 2022

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO, 2003, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: Série Cadernos do CEJ, 2003. p. 94. Disponível em: <<http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>> Acesso em: 11 de set. 2018.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. em: Revista Ciências Sociais Hoje, *Anpocs*, 1984, p. 233-244

HALL, S. “Raça, um significado flutuante” Conferência de 1995 (Race, the Floating Signifier). Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos, 2018. Disponível

em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>>. Acesso em: março de 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Educação melhora, mas ainda apresenta desafios. *IBGE*, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&idnoticia=1233&t=educacao-melhora-ainda-apresentadesafios&view=noticia>> Acesso em: 07 de maio de 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdade Social por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1dS03eXyqXPKsPU1uR9jKqGFMCTyzSAXH/view?usp=drivesdk>> Acesso em: 10 de março de 2020

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Brasil: *Cobogó*, 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica. Rio de Janeiro. In: *Revista Arte e Ensaios*. Tradução Renata Santini. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>> Acesso em: 25 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (*Reuni*) 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>> Acesso em: 24 de set. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei Nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> Acesso em: 26 de set. 2018.

SOUZA, A. Sistema de cotas na UERJ: uma abordagem sobre a demanda de inscritos. *Revista eletrônica do vestibular UERJ*. Ano 9, nº 25, 2016. Disponível em: <http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=44> Acesso em: 14 de set. 2018.

SOUZA, N. S. Tornar-se negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: *Edições Graal*, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2018. Disponível em: <<https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2018/08/pdi.pdf>> Acesso em: 22 de out de 2019.

Recebido em: 15/07/2022

Aprovado em: 24/10/2022